TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: UNIDADE, DIVERSIDADE E DIFERENCIALIDADE[1]

PARADIGMATIC TERRITORIES OF THE AGRARIAN GEOGRAPHY: UNITY, DIVERSITY AND DIFFERENTIALITY

TERRITORIOS PARADIGMÁTICOS DE LA GEOGRAFÍA AGRÍCOLA: LA UNIDAD, LA DIVERSIDAD Y LA DIFERENCIALIDAD

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS[2]
BERNARDO MANÇANO FERNANDES[2]

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre a unidade, a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico brasileiro. Seu objetivo principal são a identificação e a análise dos temas e paradigmas da geografia agrária. O escopo da análise deteve-se à investigação dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo, espaços de socialização do conhecimento que constroem territórios paradigmáticos ao compartilhar paradigmas – o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Por meio da proposição da leitura dos territórios paradigmáticos, observamos a conflitualidade presente no pensamento geográfico, em que os estudos desenvolvidos pelos grupos, na busca de firmarem poderes explicativos de interpretação do espaço geográfico, conformam territórios paradigmáticos distintos e apontam para a unidade, a diversidade e a diferencialidade da geografia agrária paulista e brasileira.

Palavras-chaves: paradigma, grupo de pesquisa, temas, PCA, PQA.

Abstract: This article reflects on the unity, diversity and differentiality Brazilian geographical thought. Its main objective is the identification and analysis of themes and paradigms of Agri-

1 Este artigo traz parte das contribuições da tese de doutorado, intitulada *Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), no ano de 2012, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

2 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)/ Departamento de Geografia/Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). E-mails: janaina@fct.unesp.br; bmf@fct.unesp.br

Terra-Livre-39.indd 37 22/07/2014 17:55:39

cultural Geography. The scope of analysis was arrested for investigation of research groups in the state of São Paulo. Groups are spaces of socialization of knowledge building paradigm territories while sharing paradigms – Paradigm of Capitalism Agricultural (PCA) and Paradigm of Agrarian Issues (PQA). Through reading the paradigmatic proposition territories observe this conflict in geographical thought in the studies developed by groups in search of enter into explanatory powers of interpretation of space, conform distinct paradigmatic territories and point to the unity, diversity and the differentiality Agricultural Geography São Paulo and Brazil.

Keywords: paradigm, research group, themes, PCA, PQA.

Resumen: En este artículo se reflexiona sobre la unidad, la diversidad y diferencialidad del pensamiento geográfico brasileño. Su objetivo principal es la identificación y análisis de los temas y paradigmas de geografía agraria. El objeto de análisis fue arrestado por la investigación de los grupos de investigación en el estado de São Paulo. Los grupos son espacios de socialización de conocimientos territorios paradigma edificio, mientras que el intercambio de paradigmas – Paradigma del Capitalismo Agrario (PCA) y Paradigma del Cuestiones Agraria (PQA). A través de la lectura de los territorios de proposición paradigmáticos observan este conflicto en el pensamiento geográfico en los estudios desarrollados por grupos que buscan entrar en los poderes explicativos de interpretación del espacio, conformar territorios paradigmáticas distintas y apuntan a la unidad, la diversidad y la diferencialidad Agrícola Geografía San Pablo y Brasil.

Palabras clave: paradigma, grupo de investigación, temas, PCA, PQA.

SITUANDO O DEBATE: NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UM MÉTODO DE ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO

Neste artigo, procuramos refletir sobre o pensamento geográfico brasileiro a partir de um método (Morin, 2008) de análise que vem sendo consolidado, nas últimas décadas, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp). Buscamos contribuir, por meio dos territórios paradigmáticos, para a identificação e a análise dos temas e paradigmas da geografia agrária mediante a produção científica dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo, cujos estudos demonstram a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico.

A geografia, desde a sua gênese, percorreu inúmeros caminhos teórico-metodológicos, marcada por momentos de superação na construção do conhecimento. O pensamento geográfico "não é homogêneo, mas contraditório e múl-

Terra-Livre-39.indd 38 22/07/2014 17:55:39

tiplo", e "se justapõe e se supera, movimentos que não podem ser limitados, nem definidos claramente" (Carlos, 2002, p. 163). A diversidade de abordagens fomenta o constante debate em torno da ciência geográfica, questionando o seu papel frente à sociedade. A geografia é um campo disciplinar plural, fator fundamental para o desenvolvimento de todos os campos científicos (Andrade, 1995).

De fato, no início do século XXI, a produção intelectual da geografia brasileira continua marcada pela pluralidade do pensamento, sendo representada, neste artigo, pela unidade, diversidade e diferencialidade paradigmáticas. Para iniciar esta discussão, é impreterível esclarecer o que entendemos por unidade, diversidade e diferencialidade paradigmáticas, noções fundamentais deste estudo.

Os paradigmas são pensamentos socializados e compartilhados por pesquisadores que, por meio de seus estudos científicos, constroem interpretações e visões de mundo sobre os temas selecionados.[3] Eles estão vinculados a um conjunto de *dimensões* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – e *propriedades estruturais* que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da geografia, remetendo esta área do saber aos auspícios da pluralidade teórico-metodológica. A pluralidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, na diversidade paradigmática que envolve os estudiosos na interpretação do campo. Do mesmo modo, a pluralidade também revela a *unidade*, de forma que cada grupo de pesquisadores elege determinados temas e paradigmas para fundamentar suas interpretações. A *diferencialidade* dos paradigmas é constituída pelas distintas visões de mundo construídas. A unidade, a diversidade e a diferencialidade manifestam a pluralidade da geografia agrária, seja considerando o temário ou os paradigmas de estudo.

É neste campo que são analisados os *territórios paradigmáticos*. Como expressão do pensamento geográfico e da produção intelectual da geografia agrária, os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos, espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que constroem e socializam o conhecimento. Eles conduzem seus estudos e podem ser interpretados por paradigmas que são selecionados, direcionados e amplamente compartilhados pelos pesquisadores que possuem mais do que pesquisas, projetos e temáticas em comum, e que compreendem diferentes modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro,

3 Os limites e as possibilidades do conceito de paradigma para a interpretação do pensamento geográfico partiu da análise crítica das obras de Thomas Samuel Kuhn e Ludwik Fleck, e podem ser mais bem apreendidos em Campos (2012), no capítulo 2, no qual foram discutidas as propriedades estruturais e as dimensões que compõem os paradigmas. As propostas destes dois autores serviram como referência, e, partindo da perspectiva dialética adotada, entendemos que seus limites e possibilidades não podem ser ignorados e/ou negados, mas superados pela geografia.

Terra-Livre-39.indd 39 22/07/2014 17:55:39

ou seja, diferentes visões de mundo. É considerando esta premissa que tratamos a unidade, a diversidade e a diferencialidade paradigmáticas da geografia agrária sob a ótica dos grupos de pesquisa.

Os grupos são territórios materiais que constituem territórios imateriais por meio da construção dos paradigmas. A preocupação, manifestada na tese de doutorado, foi a de revelar a pluralidade do pensamento, em que a unidade, a diversidade e a diferencialidade são partes inerentes da história do pensamento geográfico e dos grupos de pesquisa, este último expressão da produção intelectual da geografia brasileira.[4]

Alves (2010), ao estudar a produção da geografia agrária nacional, também apontou para a pluralidade metodológica ocorrida a partir da década de 1990. Esta pluralidade também é evidente nos grupos de pesquisa (Alves, 2010). O levantamento realizado nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) (Campos; Fernandes, 2009), um dos principais eventos da geografia agrária brasileira, chamou a atenção para um dado singular: o predomínio de estudiosos ligados a grupos de pesquisa. Mais do que um espaço acadêmico que recentemente foi institucionalizado pelas agências de auxílio e fomento para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, pelas políticas educacionais e pelas universidades e faculdades brasileiras, os grupos de pesquisa estabelecem e selecionam temas e paradigmas de estudo que são compartilhados por seus membros. Orientados por interesses em comum e fundados em teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, os grupos tomam frente no processo de construção do conhecimento e representam uma das mais ricas fontes para o estudo do pensamento geográfico.

Um amplo levantamento crítico da produção de oito grupos de pesquisa do estado de São Paulo[5] foi realizado, incluindo teses de doutorado e livre-docência,

4 Sabe-se que a formação de grupos de estudos e pesquisas não teve origem com a formalização via Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), nem mesmo com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), embora já existisse, nas universidades, a aproximação de pesquisadores interessados na produção do conhecimento. Os grupos não são a totalidade e nem o ponto de partida da construção de saberes, mas constituem parte de um processo que envolve os pesquisadores e que tem marcado a prática científica no Brasil. Porém, não se pode ignorar que todos os grupos de pesquisa em geografia agrária, pelos mais variados motivos (recursos, verbas, temáticas, paradigmas, editais ou pós-graduação), estão vinculados à base do DGPB, e, de alguma forma, inseridos num contexto burocrático e institucional-acadêmico.

5 Considera-se que todos os grupos de geografia agrária do estado de São Paulo foram analisados, neste trabalho. A seleção dos oito grupos de pesquisa obedeceu a dois procedimentos principais: 1) *recorte espacial*: a) grupos de pesquisa localizados no estado de São Paulo; 2) *recorte temático*: a) grupos de pesquisa em geografia cadastrados no DGPB; b) grupos de pesquisa cujas linhas e coordenadores se dedicam, em especial, a estudos associados à geografia agrária; c) grupos de pesquisa localizados em instituições que oferecem os cursos de graduação e pós-graduação em geografia; e d) grupos de pesquisa formados

Terra-Livre-39.indd 40 22/07/2014 17:55:39

dissertações e trabalhos publicados em eventos científicos. Sabemos que estamos incorrendo em um debate polêmico, mas que urge ser realizado. A intenção deste trabalho não é exaltar a hegemonia dos grupos frente à produção do conhecimento, mas elucidar que se tratam de territórios paradigmáticos, espaços que compartilham paradigmas distintos e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da geografia agrária. Entender o território para além dos seus significados clássico e tradicional e adentrar a natureza material e imaterial dos paradigmas da geografia agrária são umas das propostas deste trabalho.

Interpretar o pensamento geográfico por meio dos territórios paradigmáticos é, ao mesmo tempo, entender os paradigmas como estudos científicos compartilhados e socializados, que projetam visões de mundo sobre o campo, e também como método de análise para que seja apreendido o movimento de construção do conhecimento de que a geografia agrária participa. Na geografia, o método é "um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista (...) não é um dado em si, um dado a *priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída" (Santos, 1996, p. 62). É com o método que o pesquisador constrói um sistema de conceitos, e é nele que está a sua visão de mundo. O método possibilita ao pesquisador manipular a realidade estudada segundo a sua lógica. A lógica é construída pela liberdade e autonomia de escolha dos referenciais teóricos, que pode ser constituída pelo seu próprio pensamento ou pela subordinação a outros pesquisadores (Fernandes, 2009). O método "é atividade pensante do sujeito" que refaz, a todo instante, as teorias (Morin, 2008, p. 337).

Ao apresentar a leitura dos territórios paradigmáticos da geografia agrária, dois paradigmas orientaram a nossa análise: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). É claro que esta é apenas uma proposição de leitura, entre tantas outras que o pensamento geográfico possui. Ela não se resume em si, tampouco é única ou totalizante, mas sinaliza outra possibilidade que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica adotada pelos pesquisadores no entendimento do campo brasileiro. Nela, estão relacionados temas, questões teórico-metodológicas e políticas de cada um dos paradigmas que deixam explícitas e/ou implícitas as perspectivas e tendências de desenvolvimento do espaço agrário. Trata-se de compreender o discurso político no bojo da geografia agrária, isto é, desvendar as leituras que as dissertações e teses defendem,

.....

por pesquisadores vinculados à mesma instituição acadêmica, isto é, que não possuem abrangência interinstitucional.

Terra-Livre-39.indd 41 22/07/2014 17:55:39

seja para a (re)criação e o fortalecimento do campesinato, ou na luta contra o capital, ou na aliança com o capital e/ou integração ao mercado, desprovido da perspectiva de superação e de enfrentamento da classe camponesa.

Os grupos de pesquisa não são, em hipótese alguma, espaços neutros. Como instituições sociais, podem reproduzir paradigmas e atuar como territórios propícios que alimentam paradigmas. Na construção de leituras sobre o desenvolvimento do campo, a diferencialidade teórica, o método, a metodologia, a postura política e ideológica entre os paradigmas são dimensões que se manifestam em publicações e pesquisas, instrumentos que demarcam com clareza a conflitualidade existente no interior do pensamento geográfico e, consequentemente, entre os grupos de pesquisa. Esta conflitualidade acadêmica "é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores, que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades" (Fernandes, 2005, p. 22).

Não se trata de instituir uma leitura dual ou dicotômica sobre a produção construída pela geografia agrária, tampouco agrupar ou classificar pesquisadores e grupos, mas evidenciar a conflitualidade que toda forma de conhecimento abriga. "Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro" (Oliveira, 2004, p. 30), já que

> o debate e o confronto das ideias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual. Abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico (...) (Oliveira, 2004, p. 29).

Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da geografia, "é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos, e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte" (Andrade, 1995, p. 12). Tendo em vista esta abertura, o intento é incitar um debate até então não realizado, concebendo os grupos de pesquisa como espaços políticos e ideológicos de socialização do conhecimento que podem ser interpretados à luz dos paradigmas. Ao argumentar contra a neutralidade científica, assim como Oliveira (1978), propomos uma geografia para a transformação da sociedade que revele um sentido político à produção científica, já que cada autor se compromete, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos que transmitem visões de mundo, posicionamentos políticos, intencionalidades e ideologias.

Terra-Livre-39.indd 42 22/07/2014 17:55:40

Antes que a análise da produção dos grupos de pesquisa seja devidamente delineada, é preciso também que sejam realizadas algumas considerações sobre o que entendemos por territórios paradigmáticos.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS

Sugerimos, neste trabalho, construir uma leitura espacial e geográfica para a compreensão do pensamento geográfico. Para isso, a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa serão interpretados à luz do enfoque territorial. Os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos da geografia brasileira, porque sustentam e defendem *poderes explicativos* para a compreensão do campo, ao serem analisados a partir de paradigmas de estudo. Por poderes explicativos entendemos as ações intelectuais que contêm as intencionalidades das visões de mundo dos grupos de pesquisa e seus paradigmas. Eles determinam, compartilham, selecionam, focam, orientam e dirigem a compreensão dos temas estudados.

Interpretar a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos como territórios paradigmáticos faz parte da perspectiva dialética adotada para a compreensão do conceito de paradigma, na qual a superação é uma das condições fundamentais. Lefébvre (1983) enfatizou a importância da superação, em que é necessário ultrapassar os conteúdos, ao mesmo tempo em que também é preciso reconhecer a sua importância, porque só a partir da superação é que o conhecimento pode ser construído e qualificado. Realiza-se um esforço crítico-reflexivo que, ao apropriar-se dos conceitos de paradigma e território, argumenta que a geografia deve realizar um exercício filosófico rumo à reflexão, ao questionamento, à superação e à autonomia (Santos, 1988).

Para a interpretação paradigmática do pensamento geográfico, o espaço do qual estamos tratando é o espaço social (Lefébvre, 1991). Os sujeitos (produtores) são responsáveis pela produção de espaços, ao mesmo tempo em que são produtos dele. O espaço é produzido a partir das relações sociais, da natureza e da artificialidade, sendo o espaço social uma das inúmeras dimensões que o espaço geográfico contém (Fernandes, 2005). Estes espaços são frutos de intencionalidades[6] que estão contidas nas relações sociais, em ações promovidas

6 A intencionalidade caracteriza-se por ser um modo específico e direcionado de compreensão dos fatos, isto é, consiste numa visão de mundo intrínseca a grupos e classes sociais para a materialização

Terra-Livre-39.indd 43 22/07/2014 17:55:40

por sujeitos que selecionam suas próprias leituras sobre o mundo e os lugares onde praticam ações.

Ao construir uma leitura do espaço a partir de uma dada intencionalidade, os pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa pensam o campo organizando e criando poderes explicativos, disputando e debatendo suas ideias na procura de garantir a soberania diante da comunidade científica. Neste momento, o território – como espaço geográfico específico – é produzido: "O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder" (Fernandes, 2005, p. 27). "O espaço é a prisão original" e o "território é a prisão que os homens constroem para si" (Raffestin, 1993, p. 142).

Como fração do espaço, o território também está imerso na natureza e nas relações sociais. Ele é formado a partir do espaço e possui relações atinentes ao poder. Embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados (Saquet, 2005). Fernandes (2005) afirma que o território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalaridade) e dimensões (multidimensionalidade).

Além da multiescalaridade e da multidimensionalidade, interessa-nos destacar a natureza do território, que interfere no conhecimento e no pensamento e que é fundamental para a leitura aqui proposta sobre os territórios paradigmáticos, considerados por Fernandes como *territórios (i)materiais*. Como ocorreu com a noção de espaço – na tentativa de superar a compreensão do território como algo uno, singular e imutável –, chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)materiais:

> O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. *O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados.* Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas, é necessário utilizar-se da propriedade do método (Fernandes, 2005: 28). [grifo nosso]

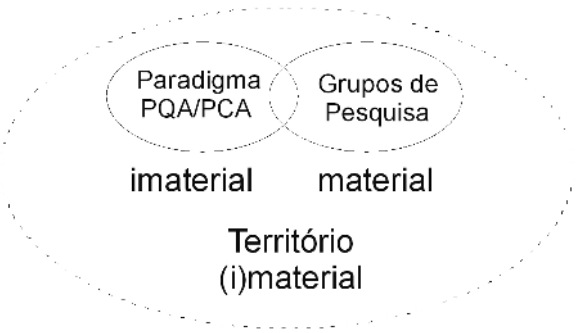
de sua existência (Searle, 1995). Todos os sujeitos carregam intencionalidades, pois é preciso delimitar e diferenciar suas leituras sobre o espaço geográfico (Fernandes, 2005). A intencionalidade determina a representação do que ver e como agir, e se constitui como uma forma de poder que mantém sua representação materializada ou imaterializada no espaço (Fernandes, 2005).

Terra-Livre-39.indd 44 22/07/2014 17:55:40

Como *produtores de* e *produzidos por* paradigmas, os grupos de pesquisa compartilham diferentes leituras espaciais da realidade por meio do emprego, disputa e defesa de teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, dimensões que compõem os paradigmas (PQA e PCA). Eles carregam a unidade, a diversidade e a diferencialidade do pensamento geográfico, e estão em permanente conflito, pois disputam o poder explicativo de seus pensamentos no processo de construção do conhecimento dos grupos. Por conter esta relação de tensão e conflito, marcada pela disputa paradigmática, e como parte das relações sociais que interagem junto ao espaço, os paradigmas conformam territórios (i)materiais (Fernandes, 2009). Denominamos de territórios paradigmáticos um dos tipos destes territórios.

Como expressão do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa são territórios que compartilham temas e paradigmas (Organograma 1). Eles se materializam pelos/nos grupos de pesquisa e revelam posturas político-ideológicas na disputa pelo poder explicativo na interpretação do espaço agrário. As práticas, ações e temáticas são mecanismos que disseminam os seus paradigmas, alimentando-os.

Organograma 1: Constituição do território (i)material entre paradigmas e grupos de pesquisa



Elaboração: Janaína Francisca de Souza Campos

Nesses dois paradigmas que a leitura dos territórios paradigmáticos é realizada. O conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais, no qual o campo é o espaço de vida e de reprodução social. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que

Terra-Livre-39.indd 45 22/07/2014 17:55:40

fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material na qual os indivíduos interagem.

Imaterialidade e materialidade são complementares e não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais (Fernandes, 2005). A intencionalidade é um aspecto da (i)materialidade do território, e que cerceia a sociedade: "O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais, significando, ao mesmo tempo, objetividade" (Saquet, 2007, p. 171-172).

A universidade participa da luta política por meio da dominação e do conflito científico, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser desprezadas (Bourdieu, 2002; 2008). Como parte desse campo político, os grupos de pesquisa não são espaços neutros, estão estruturados num sistema de relações que os põem em conflito acadêmico ao produzir e reproduzir paradigmas.

O poder explicativo está presente nos campos de produção intelectual que permeia a construção intelectual dos grupos de pesquisa. Os grupos de pesquisa devem ser entendidos dentro do campo do poder, representado pela disputa paradigmática da qual participam. O território (i)material é caracterizado pelas relações de poder explicativo dos paradigmas que os grupos tomam para si. Isto quer dizer que a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo e a conflitualidade o par condutor que qualifica o conhecimento.

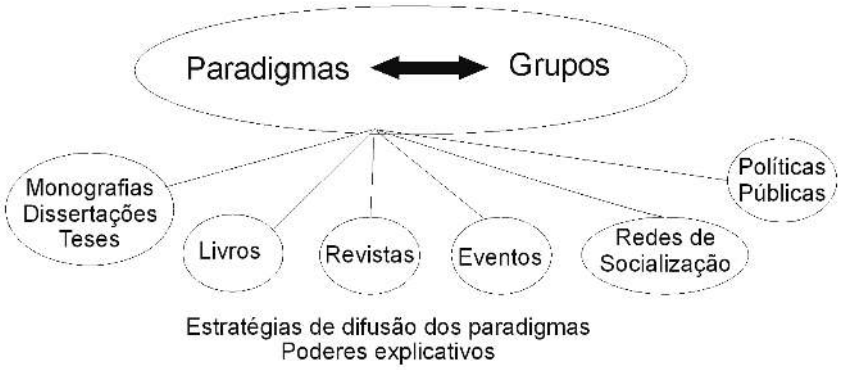
A disputa territorial não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade, isto é, como espaço físico, de governança, mas deve ser concebida desde a natureza do território, em que a existência de paradigmas distintos conforma territórios (i)materiais. Dependendo da posição político-ideológica assumida pelo pesquisador, os paradigmas constituem-se em territórios teóricos e políticos que contribuem na transformação da realidade ou para a manutenção da ordem vigente (Fernandes, 2005). Os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que defendem visões de mundo diferentes sobre o campo.

A estrutura de socialização dos grupos de pesquisa é orientada para o desenvolvimento do conhecimento e faz parte das estratégias de difusão e de-

Terra-Livre-39.indd 46 22/07/2014 17:55:40

fesa dos seus paradigmas. Estas estratégias são formas de alcançar o poder explicativo para convencer o outro sobre a força do seu paradigma por meio de sua produção, expressa em monografias, teses, dissertações, livros, revistas, eventos e proposição de políticas públicas que também podem acontecer pelas redes de socialização (Organograma 2).

Organograma 2: Estratégias de difusão dos paradigmas e dos poderes explicativos dos grupos de pesquisa



Elaboração: Janaína Francisca de Souza Campos

Feitas as considerações sobre o que entendemos por territórios paradigmáticos, buscaremos revelar, nas próximas linhas, a leitura sobre o conjunto da unidade, diversidade e diferencialidade temática dos grupos, que é compartilhado por seus membros. Daremos foco aos paradigmas, destacando as linhas de pesquisa, as principais temáticas, os conceitos, as categorias e as teorias.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PAULISTA: PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA (PQA)

Os paradigmas estudam o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) tem se dedicado a estudar o desenvolvimento desigual da agricultura no capitalismo, destacando a permanência e o fim do campesinato, assuntos polêmicos e emblemáticos que têm gerado profícuos e intensos debates, há mais de um século, no mundo todo. Na geografia agrária brasileira, até a década de 1980, Oliveira (1995) destacava duas

Terra-Livre-39.indd 47 22/07/2014 17:55:40

correntes teóricas: uma delas defendia a destruição do campesinato através da sua proletarização, que aconteceria por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições inerentes ao processo de integração no mercado capitalista, pois os camponeses seriam, inevitavelmente, atingidos pela penetração das relações capitalistas de produção no campo; a outra corrente defendia a permanência do campesinato – que não foi destruído e nem proletarizado –, categoria constantemente destruída e recriada em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não capitalistas de produção (Fernandes, 2005). Estas duas interpretações, a *proletarização* e o *campesinato,* são tendências do PQA e têm três principais elementos de análise: "a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo" (Fernandes, 2005, p. 11).

A gênese do PQA está em pensadores como Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lenin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg e Teodor Shanin (Fernandes, 2005; Felício, 2011). Com inúmeras e distintas interpretações, eles são referenciais seminais para o estudo da questão agrária. Mesmo defendendo o fim do campesinato frente ao avanço do capital no campo, que ocorreria a partir dos processos de expropriação, diferenciação ou sujeição do campesinato, Kautsky (1986) vislumbrou a existência de grandes proprietários de terras e camponeses, ou seja, discutiu a conflitualidade das duas lógicas de desenvolvimento em disputa, em finais do século XIX. Tanto Kautsky como Lenin admitiram a conflitualidade, em que o enfrentamento, a luta de classes e a resistência deveriam ser considerados.

A perspectiva de Kautsky (1986) exaltou os camponeses como sujeitos ativos na luta contra o capital, na superação do sistema capitalista e no advento do sistema socialista. Kautsky sugeriu a organização coletiva socialista dos camponeses em cooperativas para enfrentar o processo de industrialização da agricultura, promovido pela inserção da agricultura capitalista no campo:

> A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada. (...) depois que as cooperativas socialistas tenham demonstrado a sua vitalidade, que tenha desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se (Kautsky, 1986, p. 149; 390).

Terra-Livre-39.indd 48 22/07/2014 17:55:40

A conflitualidade é um conceito importante para o PQA na análise dos modelos de desenvolvimento para o campo. O movimento de destruição e recriação de relações sociais demonstra a conflitualidade entre diferentes modelos. Fernandes esclarece sobre o método do PQA:

> O foco do método do Paradigma da Questão Agrária *dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social*, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (Fernandes, 2005, p. 20). [grifo nosso]

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento a este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas de emancipação camponesa e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se limitam à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato como conjunto de sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações. Para este paradigma, a questão agrária é um problema estrutural, e a proletarização e a recriação do campesinato no capitalismo são tendências internas (Felício, 2011). A participação no mercado faz-se concomitante às lutas pela terra e pela reforma agrária, por meio da subalternidade.

Com visões de mundo que acreditam em diferentes modelos de desenvolvimento do campo, no PQA, há grupos que direcionaram suas análises para o enfrentamento e a superação da sociedade capitalista, como o grupo Geografia Agrária, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), selecionando, compartilhando e orientando estudos atinentes à (re)criação do campesinato e à luta pela terra. A diversidade temática dos grupos e a presença de duas tendências no PQA – a do campesinato e a da proletarização – mostram a heterogeneidade deste paradigma e da própria geografia agrária.

Tendo como preocupação o estudo do campesinato, o grupo Geografia Agrária, criado pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, desenvolve seus trabalhos desde 1980, ano em que este estudioso iniciou suas atividades na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). A partir da linha

Terra-Livre-39.indd 49 22/07/2014 17:55:40

de pesquisa "Questão agrária no Brasil", suas temáticas de estudos vão desde a luta pela terra e movimentos sociais, a relação campo-cidade e/ou rural-urbano, a questão agroenergética, com destaque para os biocombustíveis, até as práticas da agricultura orgânica/agroecológica e a agricultura familiar/camponesa.

A teoria do desenvolvimento contraditório e combinado do território, em que a (re)criação das relações não capitalistas de produção tem na resistência do campesinato uma forma de concretização, é elementar. O enfrentamento ao capital e o projeto de transformação da sociedade são delineados pelos estudiosos. A luta pela terra, a sujeição da renda ao capital, a resistência, a exploração, a reforma agrária, os movimentos sociais, o anarquismo, a territorialização camponesa e o monopólio agroindustrial são algumas das discussões selecionadas e compartilhadas pelo grupo, que expressam a tendência do campesinato no PQA.

Quanto ao conceito geográfico empregado, o território ocupou centralidade nas pesquisas deste grupo, articulado a outros, como movimento social e campesinato, interpretados, sobretudo, à luz de pensadores como Karl Marx, Teodor Shanin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg, Vladimir Lenin, José de Souza Martins e do próprio coordenador, Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

O grupo Geografia Agrária teve forte influência na propagação do PQA na geografia agrária brasileira, principalmente para os pesquisadores que desenvolveram pesquisas sob a orientação do professor Ariovaldo e que passaram a coordenar outros dois grupos de pesquisa: o CEGeT (Antônio Thomaz Júnior) e o NERA (Bernardo Mançano Fernandes).

Fundado em 1996, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) é ligado à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, baseado no *campus* de Presidente Prudente/SP, e é coordenado pelos professores Antônio Thomaz Júnior e Marcelo Dornelis Carvalhal. Este grupo defende a realização de uma "geografia do trabalho", compartilhando estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho e o processo metabólico do capital. A relação capital *versus* trabalho é o cerne das discussões do grupo, para o qual as redefinições do trabalho se constituem como o ponto de partida para as questões relacionadas ao gênero, à agroecologia, ao cooperativismo, aos movimentos sociais, à luta pela terra e ao discurso do agronegócio, por exemplo. A perspectiva de superação do capital e o enfrentamento político colocam os pesquisadores deste grupo junto ao PQA, e a tendência aos estudos do campesinato e da proletarização está presente no grupo.

Para o tratamento desta temática, o CEGeT centra seus esforços em duas linhas de pesquisa: "Estrutura societal e formas de uso e exploração da terra no Brasil: as consequências para o trabalho e para os movimentos sociais" e

Terra-Livre-39.indd 50 22/07/2014 17:55:40

"Reestruturação produtiva e movimentos sociais: processualidade e dinâmica territorial do trabalho e da sociedade". A temática do trabalho se relaciona a outras, como a luta pela terra e pela água, os conflitos que mediam esses espaços de disputa, sindicatos e movimentos sociais urbanos e rurais, as práticas da agricultura mecanizada e os impactos na organização da produção familiar.O agronegócio e as relações de trabalho são temáticas que circundam e entram em contato com a temática principal. Outra temática que recentemente tem sido trabalhada refere-se ao estudo das comunidades amazônicas e suas relações de trabalho, bem como a análise do discurso jornalístico do agronegócio.

O referencial teórico-metodológico para a discussão capital *versus* trabalho traz autores como Karl Marx, Ricardo Antunes, François Chesnais e István Mészáros, além da interlocução com Giovanni Alves e Ricardo Antunes. Os conceitos trabalho, reestruturação produtiva e metabolismo do capital são os que mais predominam. Os conceitos de território, espaço e lugar têm em Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Milton Santos, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Neil Smith, David Harvey, Richard Peet e Doreen Massey seus principais referenciais.

Criado em 1995 e oficializado em 1998 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) também está vinculado à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp. As linhas de pesquisa do grupo foram baseadas em seis temáticas: "Impactos socioterritoriais", "Territórios paradigmáticos", "Mapeamento da representação documental da história da luta pela terra", "Territórios do saber", "Movimentos camponeses: espacialização, territorialização e mundialização" e "Desenvolvimento territorial".

A grande temática é a disputa territorial, organizada sob os seguintes temas: luta pela terra (ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos sociais e manifestações), impactos socioterritoriais (agricultura camponesa, agronegócio e desenvolvimento territorial) e territórios do saber (educação no campo, ensino de geografia, representação documental da luta pela terra, pensamento geográfico e debate paradigmático).

Os estudiosos vinculados ao NERA têm a luta pela terra, a disputa territorial e a conflitualidade como as principais discussões que questionam a ordem vigente, direcionando suas pesquisas para a superação e o enfrentamento à lógica do capital. Como alternativa de (re)produção social camponesa, as ocupações de terra, os acampamentos, os assentamentos rurais, as cooperativas, os movimentos socioterritoriais e a reforma agrária constituem-se, assim, em estratégias de resistência e de enfrentamento ao capital. Expressa pela dispu-

Terra-Livre-39.indd 51 22/07/2014 17:55:40

ta territorial, a conflitualidade mostra-se como elemento inerente ao desenvolvimento do campo, em que a (re)produção social camponesa não é vista apenas pelos vieses produtivo e econômico, mas pela consciência política da luta como instrumento de transformação. São desenvolvidos estudos que não veem apenas a integração ao mercado e a comercialização dos produtos, mas os espaços que contestam as relações capitalistas de produção que expropriam, das mais variadas formas, as famílias camponesas. O debate paradigmático e a cartografia crítica também são temas em que transparece a conflitualidade no tratamento da questão agrária.

Espaço, território e movimentos socioterritoriais são os conceitos compartilhados que se interligam a outros, como campesinato, reforma agrária, ocupações, assentamentos e cooperativismo. O referencial teórico está nas obras de Karl Kautsky, Alexander Chayanov, Teodor Shanin, Vladimir Lenin, José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, intelectuais que trazem a perspectiva de superação e enfrentamento à lógica capitalista e defendem a (re)criação do campesinato por meio da luta pela terra. O campesinato é a tendência predominante deste grupo.

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PAULISTA: PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO (PCA)

A gênese do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) está nas obras de Henri Mendras e Hugues Lamarche (Fernandes, 2005; Felício, 2011). Entretanto, este paradigma ganhou força na década de 1990, com a tese de doutorado do economista Ricardo Abramovay, publicada em formato de livro no ano de 1992, intitulado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Nesta obra, o autor opôs-se à visão marxista e defendeu que os países ricos capitalistas, em vez de passarem pela proletarização, estariam integrados no mercado, já que, nestes países, a agricultura familiar apresentou uma participação expressiva.

Para o autor, o problema não reside no capitalismo, que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato, que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adéqua ao sistema capitalista. Segundo Fernandes (2005, p. 15), "Abramovay inverte o sentido dado pelo Paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato."

O uso do conceito de agricultura familiar, discutido por Ricardo Abramovay, coloca o campesinato em um processo de metamorfose, portanto, como

Terra-Livre-39.indd 52 22/07/2014 17:55:40

categoria inferior e que precisa ser substituída. Cabe a esta classe adequar-se ao sistema, metamorfoseando-se, como única saída para a sua sobrevivência no campo. A diferença entre camponês e agricultor familiar existe apenas na adoção de um paradigma ou outro (Fernandes, 2005). Os dois paradigmas são visões de mundo diferentes de análise do desenvolvimento da agricultura. As diferenças marcadas pelo conceito de agricultura familiar, argumentado por Ricardo Abramovay, dicotomizam o mesmo sujeito social e evidenciam o processo de diferenciação do campesinato.

O método do PCA assenta-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para integrá-lo ao mercado, isto é, para transformá-lo em agricultor familiar. As relações que fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilitam compreensões distintas e, por isso, permitem que o camponês seja metamorfoseado, colocando-o dentro de paradigmas divergentes (Fernandes, 2005). Com o intuito de ocultar o universo camponês, decidiu-se negá-lo, defendendo a sua metamorfose em um "outro sujeito" – o agricultor familiar (Thomaz Jr., 2006). Para o PCA, a busca pela integração ao mercado interessa ao capital, no qual o camponês é encarado como mero produtor de mercadorias e não como sujeito produtor de princípios que transponham e contraponham a lógica do capital.

Ao contrário do PQA, que entende a questão agrária como um problema estrutural, o PCA entende esta mesma questão como um problema conjuntural. Neste paradigma, a solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 2005). A superação é aceita dentro do próprio sistema, em que as relações devem correr paralelamente com as estruturas nacionais de mercado e no controle do Estado. O capitalismo é entendido como sistema capaz de solucionar os problemas do campo, tendo nas políticas públicas (como o Programa Novo Mundo Rural, Procera, Pronaf e o Pronera, por exemplo) um dos meios para o desenvolvimento da agricultura. Assim, "basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar" (Felício, 2011, p. 5-6). A diferença entre os dois paradigmas está na perspectiva de superação do capitalismo (Fernandes, 2006).

Como o PQA, o PCA também tem duas tendências internas: a agricultura familiar e o agronegócio. Neste paradigma, não existe lugar para a conflitualidade ou o antagonismo de classes, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. A

Terra-Livre-39.indd 53 22/07/2014 17:55:40

lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. A agricultura familiar faz parte do sistema capitalista, que, ditado por essa lógica, não pode se afastar de suas premissas, porque ela é hegemônica e totalizante:

> A lógica do paradigma do capitalismo agrário cria um estado de mal-estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto, é subversão. A "integração plena" carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se integrado plenamente ao capital (Fernandes, 2005, p. 23-24).

Neste paradigma, foram reunidos os grupos Núcleo de Estudos Agrários (NEA), Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro, Geografias da Modernidade e Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Mesmo participando do mesmo território paradigmático (o PCA) e tendo a tendência da agricultura familiar como predominante, os grupos analisados a partir deste paradigma mostraram temáticas heterogêneas.

Embora muitos grupos de pesquisa deste paradigma apresentassem linhas de pesquisa e temáticas que problematizavam o agronegócio, nenhum deles compartilhou estudos que defendiam esta tendência. Os grupos não posicionaram suas pesquisas a favor da territorialização e do desenvolvimento do agronegócio, pelo contrário, observaram os processos excludentes e destrutivos a que camponeses e/ou agricultores familiares foram submetidos, denunciando a agricultura empresarial e patronal. Ao imputar este posicionamento político-ideológico, o agronegócio foi concebido apenas como linha de pesquisa e temática, e não como concepção argumentativa dos grupos de pesquisa.

Para os pesquisadores do PCA, a transformação da realidade só existe no interior do capitalismo, e, para os pesquisadores do PQA, esta transformação está na superação do capitalismo, todavia ainda sem perspectivas de se efetivar. A diferencialidade destas posturas paradigmáticas está na direcionalidade que as visões de mundo propõem. Para os grupos que perfilham o PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura teórica e político-ideológica bem demarcada de superação, fazendo desta questão a cen-

Terra-Livre-39.indd 54 22/07/2014 17:55:40

tralidade de suas pesquisas. Concordamos com o célebre pensamento de Marx e Engels (1998, p. 103) ao se referirem à necessidade de superação da inércia dos discursos ideológicos que atuam na manutenção do *status quo*: "os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é *transformá-lo*" [grifos nossos]. É preciso tomar partido de nossas ações e levá-las ao plano concreto, e as pesquisas constituem-se como canal para esta prática.

Ao depreendermos os grupos que compartilham do PCA, entendemos que suas pesquisas trataram a transformação da realidade do campo dentro de uma lógica capitalista, desprovida do movimento de superação, e em que as estratégias de reprodução são geridas pelo próprio sistema. Isto também inclui os grupos cujas pesquisas não se preocuparam em selecionar, direcionar e compartilhar seus estudos nesta questão. Como já foi aludido, a intencionalidade também está impressa de forma inconsciente, pois o fato de não discutirem determinadas questões faz parte de uma questão ideológica, tanto no PCA quanto no PQA. Analisar os grupos diante da abordagem paradigmática é exaltar o caráter teórico, político e ideológico que toda forma de conhecimento abriga. Mesmo os grupos que não pronunciaram, em seus estudos, o enfrentamento ao capital revelaram o seu paradigma, cuja apatia frente ao mundo não concebeu o movimento de superação. Assim, "a partir de diferentes matizes, os grupos de pesquisas, os pesquisadores e as instituições apresentam suas colorações, enquanto algumas, para não revelarem suas cores, camuflam-se" (Silva; Fernandes; Valenciano, 2006, p. 22).

Coordenado pelo professor Enéas Rente Ferreira e pela professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, o Núcleo de Estudos Agrários (NEA) foi criado em 2008 e está ligado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Unesp, situado no *campus* de Rio Claro/SP. Entre os grupos analisados, o NEA desponta como o mais novo – o que não significa que não eram desenvolvidas pesquisas antes da constituição deste grupo. Por se tratar de um grupo em fase de consolidação, o NEA ainda procura definir sua identidade temática.

Este grupo atua por meio de três linhas de pesquisa: "Questões fundiárias, modernização do campo e reforma agrária", "Agricultura familiar e multifuncionalidade do espaço rural" e "Abordagens teórico-metodológicas da geografia agrária". Os temas centram-se, sobretudo, na abordagem teórico-metodológica da geografia agrária, no turismo rural e na pluriatividade, nos impactos da modernização da agricultura e o avanço do setor canavieiro, na agricultura familiar e na multifuncionalidade, na questão da migração e na relação campo-cidade e rural-urbana, nas dinâmicas de pequenos municípios e sua relação com aspectos da ruralidade.

Terra-Livre-39.indd 55 22/07/2014 17:55:40

Os trabalhos acadêmicos do NEA tomados como instrumento de análise selecionaram para estudo a influência das novas ruralidades e permanências na organização do espaço, a forma com que políticas públicas se materializaram no espaço, o processo de transformação das comunidades faxinalenses na simultaneidade entre a modernidade e a tradição, a viabilidade econômica da agricultura urbana e a modernização do campo em conjunto com o Estado e as agroindústrias da cana. A unidade familiar camponesa foi estudada na perspectiva de integração do mercado via Complexo Agroindustrial (CAI), em que a (re)criação do campesinato se deu com a articulação de cooperativas e agroindústrias.

Questões relativas à teoria e ao método em geografia também foram tratadas pelo grupo. Em nenhum desses temas, o enfrentamento, a luta de classes e a conflitualidade latente do campo foram debatidos. A perspectiva de superação do capitalismo não compareceu como preocupação, tampouco uma questão agrária. A análise temática do grupo mostrou-se plural, o que pode ser explicado pela sua recente formação. Contudo, fica claro que as pesquisas realizadas caminham para o entendimento do campo sem que o movimento de transformação da realidade e o enfrentamento à lógica capitalista compareçam. Quanto ao aparato conceitual, a ruralidade (novas ruralidades) e o campesinato/a agricultura familiar foram as principais referências. Quanto ao aparato conceitual geográfico, destacam-se lugar, paisagem, espaço e rede.

Coordenado pelo professor Ricardo Abid Castillo, na Unicamp, o grupo Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro desenvolve suas atividades desde 2001, junto ao Instituto de Geociências (IG). O grupo despontou como o primeiro centro de pesquisa em geografia agrária da Unicamp, e delimitou seus estudos em três linhas de pesquisa: "Logística de produtos agrícolas no território brasileiro", "Regulação dos sistemas de transporte e energia elétrica no Brasil" e "Tecnologias da informação e território brasileiro". A primeira linha de pesquisa é a principal e faz interseção com as outras duas linhas de pesquisa.

As principais temáticas do grupo são: geografia agrária, rede e fluxos e análise regional. Estas três temáticas sintetizam as quatro "entradas" de estudos do grupo: análise da região, análise da infraestrutura logística, análise do circuito espacial do produto e tecnologias da informação e agricultura/questão agrária.

Para este grupo, o PCA materializou-se no compartilhamento de estudos que envolviam o debate sobre os usos corporativos do território brasileiro. O grupo tem uma unidade paradigmática bastante coesa em torno do referencial de Mílton Santos, no qual o território brasileiro é interpretado diante do acelerado processo de intensificação da racionalização produtiva, em que os usos corporativo e empresarial se colocam à frente dos interesses da sociedade local.

Terra-Livre-39.indd 56 22/07/2014 17:55:40

Embora se admitam os problemas que a lógica capitalista carrega e propaga, os trabalhos não estão focados na discussão da agricultura familiar ou campesina, e não trazem a superação e o enfrentamento do sistema como perspectiva central. Tratou-se de desvendar o papel das normas e das técnicas para a regulação e o controle do território, seja via tecnologia da informação, logística de produtos agrícolas (*commodities*) ou sistemas de transporte. O entendimento da agricultura familiar e camponesa não foi alvo dos estudos desenvolvidos pelo grupo.

Os conceitos abordados direcionaram-se ao entendimento das normas e das técnicas no uso do território. Lugar e território são os principais conceitos do grupo, tendo no referencial de Mílton Santos o principal embasamento teórico-conceitual.

O grupo Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero, Família e Trabalho é coordenado pela professora Rosa Ester Rossini, e está ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Entre os grupos de geografia agrária de São Paulo, junto com o grupo Geografia Agrária, este se revelou um dos mais antigos, uma vez que o trabalho em equipe vem sendo desenvolvido desde 1982. Com o trabalho de livre-docência da coordenadora, o grupo voltou-se para o interesse sobre a questão da modernidade tecnológica da cana-de-açúcar, com destaque para o gênero, a tecnificação agrícola e a evolução espacial da ocupação. As principais temáticas desenvolvidas dividem-se em três grandes grupos: gênero, migração e modernização tecnológica/trabalho/cana-de-açúcar, sendo a última a temática unificadora.

A questão da modernização tecnológica do campo constitui-se como temática central e faz contraponto com o trabalho do circuito inferior no campo: mão de obra volante e queda gradativa de ocupação da força de trabalho. A partir desta questão, o grupo voltou-se ao compartilhamento de temáticas como o êxodo rural, a migração, a proletarização e a subordinação do pequeno produtor, as relações do Estado no processo de modernização agrícola, as políticas públicas e as relações de gênero. A mulher foi tratada como uma categoria de análise, cuja atividade e força de trabalho deram tônica aos estudos deste grupo.

Seus pesquisadores, mesmo vislumbrando a contradição capital/trabalho e criticando veementemente a exploração decorrente do modo de produção capitalista, mantiveram seus olhares fora da perspectiva de superação e de transformação da sociedade, e, em algumas vezes, também sem a perspectiva da conflitualidade. No que concerne aos conceitos empregados, o grupo trabalhou com urbanização teórica, êxodo rural, migração, trabalho, gênero e espaço.

O Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) foi criado em 1999, e é coordenado pela professora Rosângela Aparecida de Me-

Terra-Livre-39.indd 57 22/07/2014 17:55:40

deiros Hespanhol e pelo professor Antônio Nivaldo Hespanhol, vinculado à Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, situado no *campus* de Presidente Prudente/SP. O grupo trabalha projetos de pesquisa em três linhas de pesquisa: "Estratégias de reprodução econômica e social de produtores rurais", "Os efeitos socioespaciais dos sistemas agroindustriais" e "Políticas públicas, dinâmica regional e desenvolvimento territorial".

A primeira linha de pesquisa prolonga a temática da renda agrícola e não agrícola, associativismo e cooperativismo rural, organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações campo/cidade e/ou rural/urbano e a questão do envelhecimento no meio rural. A segunda linha trabalha com o temário das cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria – com destaque para os projetos que investigam a produção de leite, os seringais e a fruticultura –, as relações de independência, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas. A terceira linha focaliza a questão das políticas públicas. O grupo também trabalha, de forma mais específica, com temáticas referentes a assentamentos rurais, agronegócio e modernização do campo. Também já foram estudadas temáticas que tangenciaram a questão da descentralização, com a organização de conselhos municipais, bem como questões que enfatizaram a discussão sobre desenvolvimento regional e capital social.

O conceito de campesinato não faz parte do referencial teórico do GEDRA, e, em alguns casos, é explicitamente negado. Seus estudos direcionaram a atenção para a complexidade e a diversidade existentes no campo, entendendo que o conceito de agricultura familiar é que permite apreender esta realidade. A estratégia de (re)produção social está baseada na integração ao mercado, na diversificação produtiva, nas novas ruralidades, nas atividades agrícolas e não agrícolas e na pluriatividade, estratégias que possibilitam o aumento das opções de renda de inúmeras famílias e a sua permanência no campo.

A agricultura familiar é tratada numa perspectiva econômica, privada do conflito e da contradição da questão agrária. Para o grupo, o Estado é a entidade responsável por prover as condições de distorção engendradas pelo modo capitalista de produção, mediante a criação de programas, políticas públicas, associações, cooperativas e agroindústrias, entendidas como estratégias que garantem a reprodução social e a integração no mercado da agricultura familiar.

O grupo centra suas discussões no conceito de agricultura familiar. Os principais referenciais teóricos são Ricardo Abramovay, Maria N. B. Wanderley, José Graziano da Silva, Maria José Carneiro, João Tedesco, Hugues Lamarche, Sérgio Schneider e José Eli da Veiga. Estes autores dão fundamentação teórico-metodológica à produção do grupo, em que as abordagens econômica

Terra-Livre-39.indd 58 22/07/2014 17:55:40

e sociológica são predominantes. As interpretações do grupo não deixam de evidenciar as relações de exploração sofridas pela agricultura familiar, selada pelo Estado e dirigida pelo grande capital, contudo, a alternativa para a sobrevivência respalda-se na integração das famílias ao capitalismo, sistema que possibilita a recriação social e econômica da agricultura familiar. Junto à agricultura familiar, despontam a pluriatividade, a diversificação produtiva, as políticas públicas e as ruralidades (novas ruralidades). Território e região são os principais conceitos geográficos empregados.

Na análise dos territórios paradigmáticos, ainda encontramos um grupo localizado no que denominamos "faixa de contato" entre os dois paradigmas aqui referidos, o grupo Agricultura e Urbanização*,* que evidencia e reafirma a pluralidade e a conflitualidade paradigmáticas, traduzida pela unidade, diversidade e diferencialidade da geografia agrária. Coordenado pelo professor Júlio César Suzuki, o grupo iniciou a sua atuação em 2003, junto à FFLCH-USP. Sua principal temática é o estudo das relações campo/cidade e agricultura/urbanização, consideradas sua "linha dorsal". O grupo desenvolve também pesquisas específicas sobre estudos agrários ou urbanos, com destaque para as pesquisas entre geografia e literatura e geografia e cinema, atuando como perspectivas complementares da temática principal do grupo.

Entre os trabalhos analisados, existem aqueles que discutiram as formas de resistência e recriação das relações não capitalistas, exaltando a força do campesinato e a luta pela terra, como alguns trabalhos que se abstiveram deste debate e não questionaram a lógica do capital,[7] outros que se dedicaram a descrever o processo de modernização do campo, a relação cidade/campo e a mercantilização e apropriação do espaço.

O referencial teórico está fundado em Karl Marx, Teodor Shanin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg, José de Souza Martins, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes. Os conceitos campesinato, reforma agrária e renda da terra são os que mais comparecem em suas discussões. Espaço e território são os conceitos geográficos predominantes.

7 Nos trabalhos de mestrado e doutorado do coordenador Júlio César Suzuki, as relações campo/cidade e rural/urbano foram analisadas, mantendo-se a interlocução com o sociólogo José de Souza Martins e Karl Marx, principais referências que serão compartilhadas pelos demais estudiosos do grupo analisado. Esta temática permanece, para os demais integrantes, e cimenta o estabelecimento da unidade temática. Entretanto, o coordenador não tomou em sua análise o debate sobre a questão agrária e nem o enfrentamento e a superação da lógica do capital, o que pode ser explicado pela sua aproximação com os estudos urbanos, ramo em que o debate paradigmático não transitou.

Terra-Livre-39.indd 59 22/07/2014 17:55:40

TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA PAULISTA

Os dois paradigmas e os grupos analisados mostraram a unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática da produção da geografia agrária paulista. As pesquisas a respeito do campo e da agricultura, elaboradas pelos grupos aqui referidos, podem ser interpretadas a partir do debate paradigmático, cuja conflitualidade guia a nossa análise. A conflitualidade se faz presente nas pesquisas empreendidas pelos grupos e na busca de se firmarem poderes explicativos que deem conta da "leitura" da realidade. Mesmo reconhecendo os limites que este tipo de análise contém, ela se faz extremamente necessária e significativa, pois, além do reduzido número de trabalhos desta natureza, a abordagem política e dialética é ainda menos expressiva nos estudos sobre o pensamento geográfico brasileiro.

Cada grupo seleciona questões que direcionam os olhares dos pesquisadores para a leitura do campo. Ao optar por qualquer um desses paradigmas ou grupos, a questão não é situá-los no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica. O que se busca é confrontar as perspectivas, evidenciar o tom de conflitualidade presente no pensamento geográfico, que resulta na unidade, na diversidade e na diferencialidade temática e paradigmática da geografia agrária.

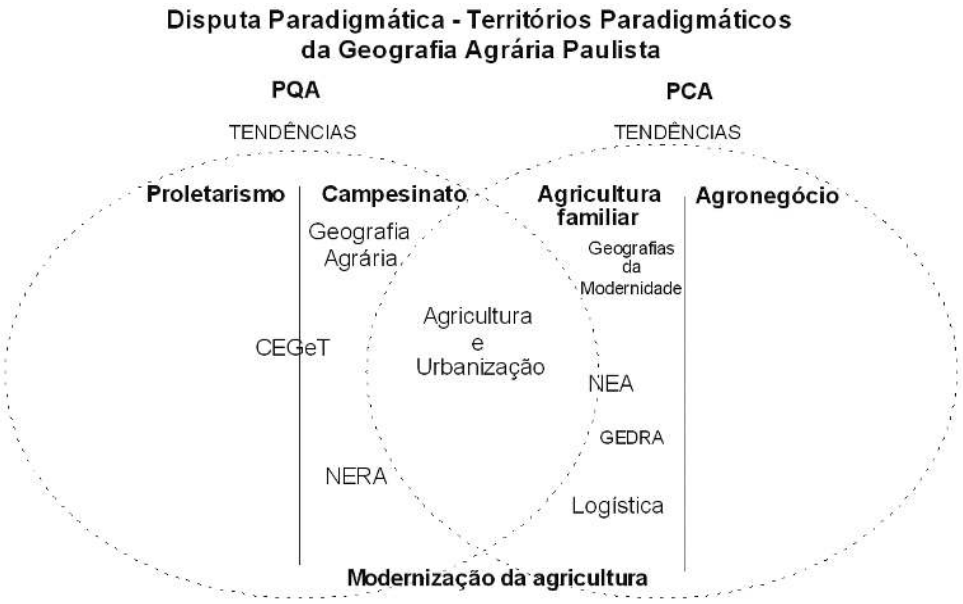
Para as pesquisas que compartilham do PQA, a questão agrária é intrínseca ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. A possibilidade de solução da problemática agrária está fincada na perspectiva de superação deste sistema. No PCA, a questão agrária não comparece como uma problemática de fato, e os eventuais problemas do capitalismo são resolvidos com a ação do próprio capital. A subalternidade é a condição posta, pois o futuro do campesinato é interpretado na direção da lógica do capital. Enquanto, no PQA, as pesquisas se direcionam na luta contra o capital e nas práticas de resistência, no PCA, as soluções estão nas políticas públicas desenvolvidas que visam à integração ao mercado e ao capital. A principal diferença entre os dois paradigmas é a perspectiva de "superação" do capitalismo (Fernandes, 2006). É neste limiar que os grupos de pesquisa foram analisados.

Os dois paradigmas não apresentam apenas pontos de divergência, mas também de convergência: a crítica e o reconhecimento das contradições da sociedade capitalista – mesmo com significados diversos e diferentes, em que se realçam as dinâmicas de modernização da agricultura e de subordinação dos sujeitos sociais.

Terra-Livre-39.indd 60 22/07/2014 17:55:40

Na construção dos diferentes territórios paradigmáticos, ainda que dentro de um mesmo paradigma, os grupos não são homogêneos. Cada um possui seu próprio lugar dentro das tendências que os diferenciam. É a diversidade dentro da unidade. As duas tendências do PCA (a agricultura familiar e o agronegócio) demonstraram a heterogeneidade deste paradigma. O GEDRA, o grupo Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro, o NEA e o grupo Geografias da Modernidade, mesmo analisados dentro da tendência da agricultura familiar, apresentaram uma diversidade de temáticas, em que as políticas públicas, a pluriatividade, as novas ruralidades e a diversificação e a integração produtiva estão para a agricultura familiar como parte do sistema capitalista. A solução dos problemas estaria, portanto, na própria lógica do capital. O grupo Geografia Agrária, o CEGeT e o NERA também construíram suas pesquisas dentro de territórios heterogêneos no PQA, cuja postura foi de enfrentamento e de superação da lógica capitalista. O CEGeT participa, ao mesmo tempo, da tendência da proletarização e do campesinato; o grupo Geografia Agrária e o NERA, da tendência do campesinato (Organograma 3).

Organograma 3: Territórios paradigmáticos da geografia - grupos de pesquisa e paradigmas da geografia agrária de São Paulo



Organização: Janaína Francisca de Souza Campos

Terra-Livre-39.indd 61 22/07/2014 17:55:41

Estruturados pelas suas temáticas, linhas de pesquisa, publicações e redes de socialização, os grupos disseminaram seus paradigmas e construíram poderes explicativos distintos para interpretar o espaço geográfico. Entender estes poderes explicativos é reconhecer a disputa paradigmática da qual a geografia agrária participa.

O organograma ilustra em quais grupos os paradigmas estão territorializados. Ao lerem as referências dos respectivos paradigmas, os pensadores dos grupos foram influenciados por estes poderes explicativos e passaram a produzir os territórios paradigmáticos. Do mesmo jeito como os paradigmas foram territorializados nos grupos, estes territorializaram os paradigmas. No caso do grupo Agricultura e Urbanização, por exemplo, o grupo participa dos dois paradigmas.

Os temas de estudo revelaram a unidade temática compartilhada por cada grupo de pesquisa. O conjunto das unidades temáticas evidenciou a diversidade e a diferencialidade de temas, fazendo da geografia agrária um saber plural. As temáticas selecionadas pelos grupos ajudam na identificação das tendências e perspectivas da geografia agrária, neste início do século XXI: relação campo/cidade, comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras e indígenas), gênero, migração, impactos da modernização agrícola e tecnológica, luta pela terra e pela água, disputa territorial, movimentos sociais e socioterritoriais, sindicatos, agroenergia e biocombustíveis, agricultura orgânica/agroecológica, agricultura familiar/camponesa, tecnologias da informação no campo, infraestrutura logística, relação capital *versus* trabalho, agronegócio, abordagem teórico-metodológica, debate paradigmático, turismo rural, pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura familiar, novas ruralidades, rendas agrícolas e não agrícolas, envelhecimento no meio rural, cadeias produtivas, políticas públicas, desenvolvimento territorial e educação do campo.

É também por intermédio das temáticas e linhas de pesquisa que os grupos iniciam a delimitação dos seus paradigmas. No entanto, estas temáticas não são exclusivas de cada eixo paradigmático, apenas sinalizam perspectivas dentro de cada um. Isto quer dizer que, embora ajudem na delimitação de territórios paradigmáticos, os temas compartilhados não são elementos determinantes na interpretação paradigmática do PQA ou do PCA. As mesmas temáticas podem comparecer tanto para grupos analisados no mesmo paradigma como para grupos de paradigmas distintos.

No primeiro caso, os grupos analisados no PQA têm em comum a reforma agrária, o campesinato e a luta pela terra. Já nos grupos analisados no PCA, existe o predomínio de temas relacionados à pluriatividade, às novas ruralidades e ao novo mundo rural. O grupo Geografia Agrária, o CEGeT, o NERA

Terra-Livre-39.indd 62 22/07/2014 17:55:41

e o grupo Agricultura e Urbanização têm em comum o estudo das formas de (re)criação do campesinato e a luta pela terra. O grupo Geografia Agrária, o NERA e o grupo Agricultura e Urbanização expressam melhor esta afinidade temática, pois ambos empregam o conceito de campesinato em suas pesquisas. O mesmo foi observado entre o GEDRA e o NEA, grupos que direcionaram seus olhares para a influência das novas ruralidades e o estudo dos impactos das políticas públicas para o campo.

No segundo caso, grupos analisados em territórios paradigmáticos distintos também compartilharam as mesmas temáticas. Trabalho e gênero, por exemplo, foram selecionadas pelo CEGeT (PQA) e pelo grupo Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero, Família e Trabalho (PCA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios paradigmáticos explicitam posições teóricas e políticas. A geografia constrói territórios (i)materiais, pois os grupos precisam produzir poderes explicativos que confiram *status* e legitimidade à sua forma peculiar de interpretação da realidade. Nesta busca pela legitimidade, dos quais poderes explicativos emanam, as disputas paradigmáticas se materializam nos grupos de pesquisa, cujo potencial pode repercutir no modelo de desenvolvimento rural brasileiro – políticas públicas e privadas, movimentos socioterritoriais e partidos políticos, por exemplo –, criando novos territórios.

É importante esclarecer que, como parte constituinte das relações sociais e da realidade, o conhecimento produzido pelos grupos de pesquisa também está em movimento constante e não pode ser estancado pelas reflexões aqui apresentadas. Além disso, há uma infinidade de publicações e estudos que, devido à sua vastidão, não foram incorporadas a esta análise, mas que podem mostrar outros caminhos. Por isso, não temos o objetivo de generalizar as discussões aludidas, mas realizar reflexões seminais sobre o papel dos grupos de pesquisa e dos paradigmas junto ao pensamento geográfico brasileiro, que conformam territórios paradigmáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion Dutra. *Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. Tese de doutorado em geogra-

Terra-Livre-39.indd 63 22/07/2014 17:55:41

fia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE)/Universidade Estadual Paulista (Unesp). 350 f. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. "Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas." In: *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Tucuman: Montressor, 2002.

_____. *Homo Academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 320, 2008.

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza. *Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*. Doutorado em geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP. 389 f. 2012.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. "A importância dos grupos de pesquisa/pesquisadores e dos encontros científicos para a produção do pensamento em geografia agrária: um ensaio teórico-metodológico da produção paulista no Simpósio Internacional de Geografia Agrária". In: *Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina* (EGAL), 12, Montevidéu, Uruguai, 2009. CD-ROM.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. "(Des)Realização do trabalho no campo e os limites da teoria – repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil." In: *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Universidade de São Paulo, p. 1-15, 2006. CD-ROM.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões." In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 18, p. 161-178, 2002.

FELICIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. Doutorado em geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP. 215 f., 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial." In: BUAINAIN, A. M. (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. "Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais." In: *A pesquisa em educação do campo*, v. 20, 2006.

Terra-Livre-39.indd 64 22/07/2014 17:55:41

_____. "Sobre a tipologia de territórios." In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFÉBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFÉBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "Estado isolado" de Von Thunen*. Tese de doutorado em geografia. Departamento de Geografia. FFLCH-USP. 1978.

_____. "Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura." In: *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

_____. "Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI." In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, p. 27-64, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Mílton. "O espaço geográfico como categoria filosófica." In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, s/p, 1988.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. "A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais." In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, p. 13882-13894, 2005. CD-ROM.

_____. "Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material." In: SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, p. 157-200, 2007.

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Terra-Livre-39.indd 65 22/07/2014 17:55:41

SILVA, Anderson Antônio da; FERNANDES, Bernardo Mançano; VALENCIANO, Renata Cristiane (coords.). *RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente/SP: [s.n.], 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. "(Des)Realização do trabalho no campo e os limites da teoria – repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil." In: *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Universidade de São Paulo, p. 1-15, 2006. CD-ROM.

Terra-Livre-39.indd 66 22/07/2014 17:55:41